



Análise da Matéria Jornalística “A Vale Na Mira” Sob o Prisma da Semiótica.¹

Andressa Costa Prates²
Prof. Dra. Juliana Petermann³
Universidade Federal de Santa Maria, UFSM, RS

Resumo

O estudo com vistas ao entendimento do sentido de um texto deve buscar as concepções dele como “objeto de significação”, que é a “análise interna ou estrutural” e, também, o texto como “objeto de comunicação” – “análise externa do texto”, proposta de Barros (1997). Fazendo-se uso do Percurso Gerativo de Sentido, do Fiorin, e através dos níveis do percurso (fundamental, narrativo, discursivo e da manifestação) traçamos uma análise semiótica do texto de Malu Gaspar na revista *Veja*, intitulado *A Vale na mira*, para um aprofundamento na interpretação do sentido da matéria jornalística.

Palavras-chave: linguagem; discursos; semiótica.

INTRODUÇÃO

“A semiótica tem por objeto o texto, ou melhor, procura descrever e explicar o que o texto diz e como ele faz para dizer o que diz” (BARROS, 2005; p.11). Partindo-se da ideia de que o ser humano, por natureza, tem a necessidade constante de interagir com o próximo e de que todas as nossas ações são mantidas através da linguagem. Essa capacidade e, necessidade, que temos em manter contato quase que constante em sociedade é que faz com que a todo instante fabriquemos discursos como forma de organizar as ideias; e assim, buscaremos entender o texto através de alguns estudos de teóricos da linguística, fazendo uma análise semiótica da matéria “A Vale na mira” da revista *Veja*, do dia 30 de março de 2011.

O texto da revista *Veja*, “A Vale na mira”, trata da troca da presidência da empresa Vale; a polêmica levantada pela revista se relaciona ao fato do governo federal ter se envolvido nas negociações de troca de presidência de uma empresa privada. A Vale é uma mineradora, uma das maiores empresas privadas brasileiras, a privatização data do governo Fernando Henrique Cardoso, em 1997. Apesar de ser uma empresa privada 60,5% das ações da Vale pertencem aos fundos de pensões e ao BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento (banco que pertence ao Estado).

¹Trabalho apresentado no DT 1 – Jornalismo do XIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul realizado de 31 de maio a 2 de junho de 2012.

² Estudante de Graduação 5º. Semestre do Curso de Jornalismo da UFSM, email: andressac.prates@hotmail.com

³ Orientadora do trabalho. Professora do Curso de Relações Públicas da UFSM.



Pressupõe-se que quando um sujeito fala impõe implícita ou explicitamente as suas intencionalidades aos seus enunciados. “Segue-se que, por mais pessoal que possa ser uma informação, não se pode esquecer que é um sujeito quem informa e que tal informação é uma versão entre outras versões possíveis e, em princípio, compatíveis da realidade.” (MOTTA, 2006; p.39). Portanto, essa citação põe em prova a já tão gasta teoria da imparcialidade jornalística, pois seja intencional ou não, implícita ou explicitamente o jornalista, ou o sujeito qualquer no seu ato de fala, está passando as informações por meio de suas palavras e percepções o que pode trazer intrinsecamente pontos tendenciosos.

1 A COMPREENSÃO DO SENTIDO

Este artigo apresenta como finalidade a compreensão do sentido do texto “A Vale na mira”, da revista Veja, através de análises semânticas e sintáticas, sob a visão semiótica, encontrando assim, elementos implícitos no texto.

Através do estudo do Percurso Gerativo de Sentido de um texto é feita a análise interna e externa, proposta por Diana Barros. A análise externa de um texto corresponde ao estudo das influências sociais e culturais que podem modificar a interpretação do discurso, e sendo nós seres totalmente sociais todo o enunciado proferido trará consigo uma bagagem do mundo/sociedade que nos rodeia. Portanto, as concepções de Barros e de Fiorin, à cerca da interpretação semiótica, estarão presentes em todo esse trabalho direta ou indiretamente.

2 COMPONENTES INTERNOS E EXTERNOS

Com a análise semiótica é possível uma compreensão mais profunda do texto, encontrando-se elementos implícitos nos enunciados. Busca-se um entendimento não só interno do texto, mas de seus componentes exteriores, ou seja, sociopolítico, histórico ou cultural; esses dois aspectos devem ser analisados como um todo para que se encontre o verdadeiro significado do texto. Dentre os teóricos que estudam essa relação está Diana Barros, ela defende que o sentido do texto só pode ser encontrado quando



estudados o seus sentidos internos e externos, onde o texto é ao mesmo tempo objeto de significação e objeto de comunicação.

Sendo os componentes externos do texto os seus fatores contextuais, ou seja, social, histórico, político, cultural, devemos entender do que fala o texto da matéria analisada. “A Vale na Mira” vai muito além de expor uma situação – a troca de presidência da empresa influenciada por representantes do governo -, o texto contextualiza momentos históricos da política brasileira - das privatizações do governo FHC-, fala de posicionamentos ideológicos de formação partidária, de lições básicas de economia como, por exemplo, do livre mercado, sendo importante o entendimento da relação entre livre mercado e a política do liberalismo econômico. Essas condições e teorias são essenciais ao conhecimento, não só para um estudo semiótico, mas também do leitor, para que possamos ter um entendimento mais aprofundado do texto. Ao tentarmos buscar o sentido mais profundo da matéria não podemos esquecer qual a linha editorial e a orientação política de direita da Veja.

Em razão dessa busca por um sentido completo e profundo do texto que buscaremos através desse trabalho fazer uma análise semiótica por meio da teoria do Percurso Gerativo de Sentido.

3 O PERCURSO GERATIVO DE SENTIDO

Como norteador deste estudo de análise do discurso fez-se uso da teoria de José Fiorin, “neste livro, não está a verdade, mas uma das muitas verdades a respeito da linguagem, fenômeno *multiforme* e *heteróclito*, que tem desafiado o homem de todas as épocas e de todos os lugares.”(1989, p.10). Um dos objetivos da teoria de Fiorin é explicitar elementos, em geral, implícitos nos textos, partindo-se do pressuposto que quando um sujeito fala impõe implícita ou explicitamente as suas intencionalidades aos seus enunciados. O autor vale-se dos estudos de outros linguistas, e é influenciado por Greimas, o qual diz que a Semântica deve apresentar uma estrutura dividida em: gerativa, sintagmática e geral.

Fiorin divide em três níveis o que ele chama de *Percurso Gerativo de Sentido*, o Nível Fundamental, Nível Narrativo e Nível Discursivo, para cada um dos níveis o autor acrescenta um componente sintático e um semântico, além do Nível da Manifestação; e é com base nesse Percurso Gerativo de Sentido que este artigo fundamenta-se.



3.1 Nível Fundamental

3.1.1 SEMÂNTICA

A semântica no nível fundamental estrutura-se num sentido de oposição entre termos, assuntos, valores. Na análise da matéria “A Vale na mira” logo no primeiro parágrafo verifica-se uma oposição semântica entre poder público *versus* poder privado: a) “Há diversas razões legítimas para o ministro da Fazenda de um país civilizado se reunir com o dono de um grande banco. Interferir nos rumos de uma empresa privada definitivamente não figura entre elas. Ainda assim, o ministro Guido Mantega considerou razoável pressionar o presidente do conselho de administração do Bradesco, Lázaro Brandão, a aderir à ofensiva do governo para destituir o executivo Roger Agnelli da presidência da Vale, a maior empresa privada brasileira.”.

Logo após, há uma relação de contrariedade ideológica, representada por privatização *versus* estatização que marcam a oposição entre duas orientações políticas:

b) “O PT já deu inúmeras mostras de inconformismo acerca da privatização da empresa, que data do governo Fernando Henrique, em 1997. A nova investida de Mantega deixa bem claro que o afã de transformar a Vale em linha auxiliar de interesses partidários se choca com os princípios mais básicos da boa governança e do livre mercado.”.

Os elementos semânticos de um texto que fazem oposição um ao outro são qualificados em eufóricos e disfóricos. “Euforia e disforia não são valores determinados pelo sistema axiológico do leitor, mas estão inscritos no texto.” (FIORIN, 1989, p.23). No exemplo *b*, está implícita a relação de negatividade da estatização, ou seja, valor disfórico e a privatização como valor eufórico (positivo); pois o autor fala nos princípios básicos do livre mercado, sinalizando aí uma linguagem do liberalismo econômico – favorável às privatizações.

3.1.2 SINTAXE

Sintaxe é a parte da linguística que estuda as regras de relação entre os vocábulos e a construção das orações, no nível fundamental ela abrange duas operações: negação e asserção. Podendo aparecer as relações abaixo:

- Afirmação de *a*, negação de *a*, afirmação de *b*.
- Afirmação de *b*, negação de *b*, afirmação de *a*.



Dada a categoria poder público *versus* poder privado, há a organização sintática fundamental seguinte: *afirmação do poder público*, quando o autor declara legítimo o encontro entre ministro da Fazenda e o dono de um grande banco.; *negação do poder público*, quando o autor diz que a interferência do ministro nos rumos de uma empresa privada não está entre suas funções; *afirmação do poder privado* ao ser dito que sob o comando de Roger Agnelli a Vale decuplicou o lucro e multiplicou por vinte seu valor de mercado.

3.2 Nível Narrativo

A narratividade está presente em todos os textos, ela “é uma transformação situada entre dois estados sucessivos e diferentes. Isso significa que ocorre uma narrativa mínima, quando se tem um estado inicial, uma transformação e um estado final.” (FIORIN, 1989, p.28).

3.2.1 SINTAXE

Na sintaxe do nível narrativo há dois enunciados elementares, os enunciados de estado e os enunciados de fazer.

- Enunciados de estado são os que estabelecem relação de junção (conjunção ou disjunção) entre sujeito e objeto. Na frase, “O PT já deu inúmeras mostras de inconformismo acerca da privatização da empresa”, o verbo *dar* mostra a relação de conjunção entre o sujeito *PT* e um objeto *inconformismo*.
- Enunciados de fazer são os que mostram as transformações, as passagens de um enunciado de estado a outro. No trecho da matéria da revista *Veja*, “Agnelli deixou de ser visto como aliado.”, o verbo *deixou* indica a transformação de um estado inicial *aliado* para um estado final *não aliado*.

Como existe o estado de enunciado de junção e outro de disjunção, há também, dois tipos de narrativas mínimas:

- Privação = estado inicial conjunto e estado final disjunto;
- Liquidação de uma privação = estado inicial disjunto e estado final conjunto.

Pode ser um exemplo de narrativa mínima de privação a reunião do ministro Mantega com o dono de um grande banco, que no início do texto o autor trata como em conjunção com a legitimidade, mas por fim, devido à finalidade da reunião, ele considera em disjunção com a legitimidade.



3.2.1.1 Sequência Canônica

As narrativas ainda estruturam-se em uma sequência, chamada sequência canônica dividida em quatro fases: manipulação, competência, performance e sanção. Lembrando que muitas fases ficam ocultas no texto e elas nem sempre se realizam por completo em todas as narrativas.

- **Manipulação:** um sujeito age sobre o outro para levá-lo a querer e/ou dever fazer alguma coisa. Há inúmeros tipos de manipulação: tentação, intimidação, sedução, provocação. Como por exemplo, no fragmento do texto da Veja, “o ministro Guido Mantega considerou razoável pressionar o presidente do conselho de administração do Bradesco, Lázaro Brandão, a aderir à ofensiva do governo para destituir o executivo Roger Agnelli”.
- **Competência:** o sujeito que vai realizar a transformação central da narrativa é dotado de um saber e/ou poder fazer. Para ilustrar essa fase, há o exemplo seguinte: “Dilma Rousseff parece empenhada na destituição de Agnelli.”
- **Performance:** fase em que se dá a transformação, a mudança de estado, central da narrativa. Quando a saída de Agnelli for efetuada, prevista para o final do mês de abril, se dará a passagem do estado *a* para o estado *b*, ou seja, para o estado final da narrativa – destituição do cargo de presidente da Vale.
- **Sanção:** ocorre a constatação de que a performance se realizou e ocorre o reconhecimento do sujeito que operou a transformação. Distribuem-se prêmios e castigos.

3.2.1 SEMÂNTICA

No nível narrativo a semântica apresenta-se com dois tipos de objetos, objetos modais e objetos de valor. Objetos Modais são o querer, o dever, o saber e o poder fazer; elementos necessários à performance e para obter outro objeto. Objetos de Valor são os que entram em conjunção ou disjunção na performance principal; é aquele cuja obtenção é o fim último de um sujeito.

3.3 Nível Discursivo

Segundo Fiorin, no nível discursivo há uma concretização das transformações dos estados inicial e final do nível narrativo, através “de termos que lhes dão concretude”. Sobre o nível discursivo Barros (1997, p.11) diz, “as oposições fundamentais, assumidas como valores narrativos, desenvolvem-se sob a forma de temas e, em muitos textos, concretizam-se por meio de figuras.”

3.3.1 SINTAXE



Para a análise no nível discursivo da sintaxe do texto nos basearemos em Koch (2006) e seus estudos sobre linguagem e argumentação.

3.3.1.1 Operadores Argumentativos

Os Operadores Argumentativos são divididos em *Classe argumentativa* (enunciados que apontam para uma mesma conclusão) e *Escala argumentativa* (enunciados que apresentam gradação de força no sentido de uma mesma conclusão). Como exemplo de escala argumentativa, temos:
“Nesse período, a empresa cresceu, criou mais empregos, pagou mais impostos e se tornou a segunda maior mineradora do mundo”.

↑ p^{'''} - se tornou a maior mineradora do mundo

P^{''} - pagou mais impostos

p['] - criou mais empregos

p - a empresa cresceu

Exemplo de classe argumentativa:

“Agnelli deixou de ser visto como aliado.” (conclusão)

Arg.1 – executivo focado no negócio

Arg.2 – pouco permeável a ingerências governamentais

3.3.1.2 Marcadores de Pressuposição

Os conteúdos semânticos adicionados ao (s) enunciado (s) são os pressupostos. As marcas que os introduzem chamamos marcadores de pressuposição.

Certos verbos que indicam mudança ou permanência de estado (deixar de, continuar, permanecer) e verbos factivos, em geral de estado psicológico (lamentar, sentir, saber) são, introdutórios de pressupostos. Os operadores argumentativos, já citados, também introduzem pressupostos. Através dos verbos factivos e, de alguns conectores circunstanciais, é dada a retórica da pressuposição, recurso utilizado basicamente para atenuar o enunciado, nele a informação principal é dada após o marcador de pressuposição, como sendo, um pressuposto:

“*Executivo focado no negócio e pouco permeável a ingerências governamentais, Agnelli deixou de ser visto como aliado.* Por diversas vezes, ele contrariou os cardeais petistas.” – esse fragmento do texto está explícito que Agnelli não é mais visto como um aliado por contrariar os petistas, mas está pressuposto que ele era tido como um aliado pelos mesmos. As marcas que introduzem o pressuposto deste fragmento da matéria são os operadores argumentativos e locução adverbial indicando mudança de estado (grifados).



3.3.1.3 Indicadores

Os indicadores modais são utilizados para sinalizar o modo como falamos no discurso e, no sentido do mesmo. São eles: necessário, possível, certo, incerto, duvidoso, obrigatório, facultativo, que são os indicadores principais. E também, alguns advérbios e locuções adverbiais, verbos auxiliares modais (poder, dever etc.) e orações modalizadoras. Exemplo:

“A vontade presidencial deve prevalecer até 30 de abril”.

Os Indicadores Atitudinais, Índices de Avaliação e de Domínio indicam a atitude ou estado psicológico do locutor diante de seus enunciados, ou avaliação e valoração dos fatos, sendo estes: expressões adjetivas e formas intensificadoras. Os operadores que delimitam o domínio ou o modo do enunciado proferido pelo locutor também são indicadores, tais como: politicamente, geograficamente, concisamente etc. Exemplo:

“Interferir nos rumos de uma empresa privada definitivamente não figura entre elas.”.

3.3.1.4 Tempos Verbais

Tomamos para análise o conceito de Weinrich de mundo comentado e mundo narrado. No mundo comentado há uma participação intensa do locutor, que é diretamente envolvido no discurso. Os tempos verbais que marcam essa atitude comunicacional são: presente, pretérito perfeito composto, futuro do presente e todas as suas respectivas locuções verbais. “É por se tratar de mundo comentado que as manchetes de jornal, em sua maioria, trazem o verbo no presente, ainda que o fato a ser discutido tenha acontecido no passado [...]” (KOCH, 2006. p.54). Como, por exemplo, no trecho a seguir: “A demora na construção de usinas siderúrgicas, prometidas em 2008, exaspera o Planalto”.

O mundo narrado marca o não comprometimento do narrador com os fatos relatados, os tempos verbais pertencentes são: pretérito perfeito, pretérito-mais-que-perfeito, pretérito perfeito, futuro do pretérito e suas locuções. Por exemplo: “A questão de sua permanência foi um dos assuntos tratados.”.

3.3.1.5 Indicadores de Polifônia

Determinadas formas linguísticas que funcionam como índices, no texto, da presença de outra voz. As formas linguísticas que funcionam como índices de polifonia: alguns operadores argumentativos, como: mas, embora, ao contrário, pelo contrário;



marcadores de pressuposição; uso de aspas. Encontramos no trecho a seguir: “Ainda assim, o ministro Guido Mantega considerou razoável pressionar o presidente do conselho”.

3.3.2 SEMÂNTICA

Reveste o nível narrativo com temas e figuras, dando concretude ao discurso. Os temas remetem a elementos não observáveis no mundo natural enquanto figuras remetem a elementos do mundo natural. (FIORIN, 2005).

Quando a revista *Veja* fala nos investimentos da Vale a conjunção com o crescimento aparece no texto, conforme análise do nível discursivo, como a duplicação no lucro e a multiplicação por quase vinte o valor de mercado da empresa Vale.

3.4 Nível da Manifestação

É a união do plano de conteúdo com um plano de expressão. “Quando um discurso é manifestado por um plano de expressão qualquer, temos um texto.” (FIORIN, 1989, p.45).

Logo no início do texto analisado aqui, a autora utiliza-se de certo tom de ironia; ela diz que em um *país civilizado* o encontro entre um ministro e um dono de grande banco pode ter diversas razões legítimas, mas que interferir em uma empresa privada não está entre elas. Usa a expressão “ainda assim” para dizer que o ministro da Fazenda reuniu-se com o dono de um banco por uma razão, então “não legítima”, e assim, ironiza a política feita pelo ministro como não sendo coisa de um país civilizado. Na frase “um quinhão que o governo não cansa de manobrar politicamente.”, a autora utiliza-se de recursos estilísticos para quebrar a seriedade do texto e chamar atenção aos atos do governo, usa a palavra *quinhão* para referir-se à parte/porcentagem de ações, e *manobrar* ao invés de administrar/interferir.

4 CONSIDERAÇÕES

Percebe-se que através do estudo semiótico de um texto e, das concepções de análise de Fiorin e de outros pesquisadores, podemos chegar a uma compreensão/interpretação de seu conteúdo de forma mais abrangente. Verificou-se também, que a objetividade jornalística é descartada em vários trechos do texto.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, Diana Luz Pessoa de. **Teoria semiótica do texto**. São Paulo: Ática, 1997.

_____. 4. Ed. São Paulo: Ática, 2005.

FIORIN, JOSÉ Luiz. **Elementos de análise do discurso**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1989.

KOCH, Ingedore. **A inter-ação pela linguagem**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

MOTTA, Luiz. **Notícias do Fantástico**. 1. ed. São Leopoldo: Unisinos, 2006.

ANEXO A – Matéria da Revista Veja: A Vale na mira

ANEXO A

Brasil

A VALE NA MIRA

Ao forçar a troca de comando na mineradora, o governo tenta sujeitar a seus interesses a maior empresa privada do Brasil

MALU GASPAR

Há diversas razões legítimas para o ministro da Fazenda de um país civilizado se reunir com o dono de um grande banco. Interferir nos rumos de uma empresa privada definitivamente não figura entre elas. Ainda assim, o ministro Guido Mantega considerou razoável pressionar o presidente do conselho de administração do Bradesco, Lázaro Brandão, a aderir à ofensiva do governo para destituir o executivo Roger Agnelli da presidência da Vale, a maior empresa privada brasileira. No fim da semana passada, Brandão cedeu. No rol de acionistas, o Bradesco, com 21% de participação, ocupa uma posição que garante ao banco o direito de barrar decisões do porte da saída de um CEO. Situação semelhante à dos fundos de pensão de estatais. Junto com o BNDES, os fundos têm 60,5% do controle da Vale — um quinhão que o governo não cansa de manobrar politicamente. O PT já deu inúmeras mostras de inconformismo acerca da privatização da empresa, que data do governo Fernando Henrique, em 1997. A nova investida de Mantega deixa bem claro que o afã de transformar a Vale em linha auxiliar de interesses partidários se choca com os princípios mais básicos da boa governança e do livre mercado.

Sob o comando de Roger Agnelli, na última década, a Vale mais que decuplicou o lucro e multiplicou seu valor de mercado por quase vinte (*veja o quadro na pág. ao lado*). Nesse período, a empresa cresceu, criou mais empregos, pagou mais impostos e se tornou a segunda maior mineradora do mundo, atrás apenas da anglo-australiana BHP Billiton. A estocada política, portanto, não encontra



SÓ APARÊNCIAS Mantega (à esq.) e Agnelli: o ministro quer a cabeça dele

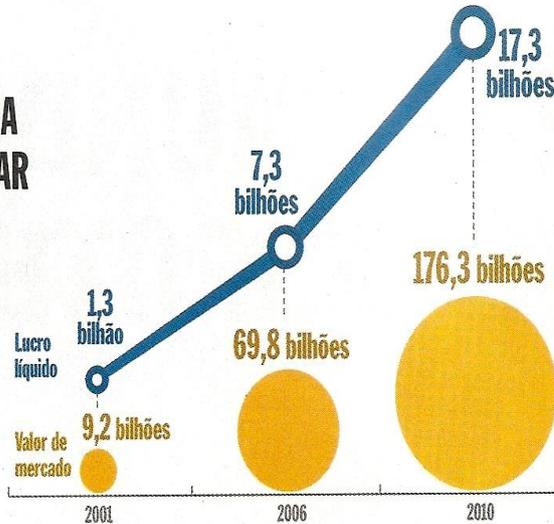
GEORGE GIANNI/EPRESS



UMA DÉCADA ESPETACULAR

Na gestão de Roger Agnelli, a Vale multiplicou seu lucro por treze e atingiu o maior valor de mercado de sua história

(em dólares)



amparo em argumentos técnicos. Executivo focado no negócio e pouco permeável a ingerências governamentais, Agnelli deixou de ser visto como aliado. Por diversas vezes, ele contrariou os cardeais petistas. A demissão de 1300 funcionários no auge da crise financeira mundial foi uma dessas vezes. O então presidente Lula referia-se à crise financeira como “marolinha”. Mais recentemente, a Vale contestou na Justiça o pagamento de 4

bilhões de reais em royalties que o governo lhe cobrava. A demora na construção de usinas siderúrgicas, prometidas em 2008, exaspera o Planalto, que batalha nos bastidores para fazer a empresa participar da construção da hidrelétrica de Belo Monte. Por trás disso tudo, esconde-se uma questão de fundo. Enquanto o governo tem a mineradora como “uma indutora do desenvolvimento”, no velho linguajar estatizante, a Vale insiste em

cumprir seu destino de empresa privada e fazer o que é bom para os acionistas.

Roger Agnelli, em fevereiro, levou Lula a uma viagem a Guiné, na África, e aproveitou para oferecer patrocínio ao instituto que o ex-presidente está montando. Na semana passada, na recepção ao presidente americano Barack Obama, em Brasília, Agnelli abordou os ministros Antonio Palocci, da Casa Civil, e Fernando Pimentel, do Desenvolvimento. A questão de sua permanência foi um dos assuntos tratados. Agnelli acionou parlamentares que lhe devem favores no Congresso. Dilma Rousseff parece empenhada na destituição de Agnelli. A vontade presidencial deve prevalecer até 30 de abril, quando expira o contrato do executivo. Tito Martins, membro da diretoria da Vale, e Antonio Maciel, presidente da Suzano Papel e Celulose, são os nomes mais citados para a sucessão. Com 24 bilhões de dólares para investir só neste ano, a Vale aguça o apetite de grupos de interesse com alguma alavancagem política sobre sua gestão. Extrair e vender minério parece ser uma atividade boa demais para ser deixada às mineradoras. ■